

Gestão, história decolonial e literatura: Macunaíma como personagem antropofágico para (re)pensarmos a crítica nos Estudos Organizacionais

Ítalo da Silva, Pâmela Karolina Dias e Elisabeth Cavalcante dos Santos

RESUMO

Diante do contexto assimétrico de poder na produção de conhecimento e na perpetuação institucional da colonialidade na área dos Estudos Organizacionais (EOR), a nossa reflexão neste artigo apresenta duas contribuições gerais a partir da articulação entre os âmbitos da gestão, história e literatura. De início, perguntamos como poderíamos repensar a crítica nos Estudos Organizacionais (EOR) a partir do olhar histórico-decolonial frente à realidade da gestão local que constitui nossas demandas empíricas. Assim, resgatamos a obra literária “Macunaíma, o herói sem nenhum caráter”, escrito por Mário de Andrade, e o conceito de antropofagia, para propormos projetos epistemológicos críticos que compreendam o descompasso epistêmico entre o Norte e o Sul Global. Argumentamos que o constructo de gestão “às avessas e sem caráter” fornece um potencial teórico de interpretação da gestão praticada no Sul Global, a qual compreende elementos de não unicidade identitária, de um “entre lugar” moderno/colonial conflituoso e ambíguo, além de reverberar traços antropofágicos que demarcam a gestão tropical mediante à transculturação, flexibilidade, adaptabilidade e miscibilidade. Ao final, mostramos como nossas experiências anteriores com organizações das culturas populares nos possibilitou apresentar a ambivalência analítica e pluriversal da gestão local através de traços organizacionais derivados da ancestralidade, cotidiano, misticismos e transmissão de saberes pela oralidade.

Palavras-Chave: gestão; literatura; história decolonial; antropofagia; epistemologia.

Management, decolonial history and literature: Macunaíma as anthropophagic literary personage to (re)think criticism in Management and Organization Studies (MOS)

ABSTRACT

Given the asymmetric context of power in the production of knowledge and the institutional perpetuation of coloniality in the area of Management and Organization Studies (MOS), our reflection in this article presents two general contributions based on the articulation between the disciplines of management, history, and literature. Initially, we asked how we could (re) think the criticism in MOS from a historical-decolonial perspective in face of the reality of local management that constitutes our empirical demands. In response, we rescued the literary work “Macunaíma, the hero without character” written by Mário de Andrade, and the concept of anthropophagy. We propose to think about critical epistemological projects that understand the epistemic mismatch between the Global North and the Global South. We argue that the construct: management in reverse and without character – provides a theoretical potential for the interpretation of management practiced in the Global South, which comprises elements such as the non-identity; conflicting and ambiguous modern/colonial “place”; in addition to reverberating anthropophagic traits demarcating tropical management through transculturation, flexibility, adaptability, and miscibility. Finally, we show how previous experiences with popular culture organizations presented the analytical and multi-universal ambivalence of local management. Organizational characteristics such as ancestry, daily life, mysticisms, and transmission of knowledge through orality are presented in the article.


Keywords: management; literature; decolonial history; anthropophagy; epistemology.

Recebido em: 30/11/2020

Revisado em: 26/05/2021

Aprovado em: 16/07/2021




Ítalo da Silva ,

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

Mestrando em Gestão, Inovação e Consumo, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.


italohenriquedefreitas@gmail.com

Pâmela Karolina Dias ,

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

Mestra em Gestão, Inovação e Consumo, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

pamela_dias2009@hotmail.com

Elisabeth Cavalcante dos Santos ,

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Doutora em Administração, Universidade Federal da Paraíba, Brasil

elisabeth.csantos@ufpe.br

Introdução

“Não sei si sou brasileiro. É uma coisa que me preocupa e em que trabalho, porém não tenho convicção de ter dado um passo grande pra frente não”.

– Mário de Andrade

A teoria organizacional do Sul Global tem reproduzido projetos epistemológicos formulados no Norte Global que não conversam diretamente com a sua realidade empírica. Como consequência dessa reprodução mimética das teorias geradas no Norte Global, os elementos políticos, históricos e culturais que são importantes para a compreensão dos fenômenos que ocorrem no Sul Global são negligenciados. Essa situação pode ser observada na América Latina (Ibarra-Colado, 2006; Alcadipani, Khan, Gantman, & Nkomo, 2012; Imas & Weston, 2012; Rosa & Alcadipani, 2013), e mais especificamente no contexto da gestão no Brasil (Misoczky & Camara, 2020). Destacamos de início que quando utilizamos a expressão “Norte Global” é em referência aos países localizados no hemisfério norte que estão geograficamente postos no eixo euro-estadunidense. Já quando utilizamos a expressão “Sul Global” é em referência aos países localizados geograficamente no hemisfério sul, os quais passaram pelo processo de colonização e imperialismo e hoje enfrentam as mazelas da modernidade frente à colonialidade (Alcadipani & Rosa, 2011; Abdalla & Faria, 2017).

A reprodução que a teoria organizacional do Sul Global faz dos projetos epistemológicos do Norte Global parece possuir um importante propósito dentro da “matriz de poder colonial” (Quijano, 2005; Mignolo, 2008), mantendo uma colonialidade epistêmica, que impõe uma definição sobre quais os problemas de pesquisas são relevantes e de que modo devem ser resolvidos, garantindo a permanência da diferença colonial no contexto da globalização (Ibarra-Colado, 2006). Consideramos, portanto, que “a base moderna do conhecimento é territorial e imperial” (Mignolo & Tlostanova, 2006, p. 205), e que no contexto dos Estudos Organizacionais (EOR), o *management* e a racionalidade instrumental são expressões da colonialidade epistêmica e domínio ideológico das grandes corporações que contornam o sistema mundo capitalista atual (Misoczky, 2011).

Diante desse problema, percebemos a necessidade de (re)pensar a geração de conhecimento a partir do nosso lócus de enunciação (Mignolo, 2009) permeado por narrativas históricas decoloniais localizadas no tempo e no espaço, e que reconhecem as diferenças coloniais tropicalizadas na forma como praticamos a gestão no Sul. Sendo assim, a primeira das duas questões que orientam nossa reflexão neste artigo é: como podemos (re)pensar a crítica nos Estudos Organizacionais (EOR) a partir do olhar histórico-decolonial frente à realidade da gestão local que constitui nossas demandas empíricas? Para situar a produção de conhecimento ao seu lócus de enunciação e responder à questão proposta, buscamos promover o desapego à geração de teorias pretensamente universais e categóricas no *mainstream* da área (Weatherbee, 2012), com o intuito de instigar que a teoria organizacional dialogue mais intensamente com a área da história de maneira autêntica e reflexiva (Maclean, Harvey, & Clegg, 2016). Em sequência, mostraremos

que (re)pensar a crítica nos EOR tornou-se possível quando propomos um novo caminho epistêmico como convite para compreendermos a gestão praticada no Sul Global em superação aos desníveis interpretativos dos ideais epistêmicos disseminados pelo Norte Global.

Dessa maneira, cabe ressaltarmos que reconhecemos a localização geográfica do movimento intitulado “virada histórica” nos EOR (Clark & Rowlinson, 2004) e, neste ponto, precisamos descolonizar o conhecimento por meio de uma desobediência epistêmica que permita desconfigurar a suposta universalidade do conhecimento ocidental entre os diferentes entrecruzamentos de localizações geográficas e políticas (Mignolo, 2008; 2009; Mignolo & Walsh, 2018). A realização dessa tarefa passa pela construção de narrativas históricas informadas pela opção decolonial que habilita interpretações concorrentes sobre o passado (Wanderley & Barros, 2018) que se apresenta fragmentado, disperso e silenciado frente à macronarrativa da modernidade (Abdalla & Faria, 2017). Portanto, estimulamos a aproximação interdisciplinar entre as áreas da gestão, história e literatura, reconhecendo o pedido feito pelos colegas pesquisadores do hemisfério norte que os EOR precisam ser historicizados (Booth & Rowlinson, 2006), ao mesmo tempo que precisam se envolver com a literatura ficcional (Grafström & Jonsson, 2019; Thexton, Prasad, & Mills, 2019). Entretanto, antes de atendermos a esses pedidos, conforme argumentamos, é necessário promover a mudança na linha de raciocínio e na geopolítica da razão pretensamente científica (Mignolo, 2007; Maldonado-Torres, 2011) para elaborarmos caminhos epistemológicos condizentes com a diferença colonial, as realidades múltiplas de fazer gestão e as demandas empíricas locais (Mignolo & Wash, 2018; Misoczky & Camara, 2020).

Argumentamos ao longo do artigo que não é possível e nem desejável que a produção do conhecimento nos EOR ignore perspectivas onto-epistemológicas, tornando a academia global menos universal e imperialista em direção à visão de uma ciência inclusiva, pluriversal e transcospopolita (Abdalla & Faria, 2017). Assim, estamos atentos à ressalva feita por Dussel e Ibarra-Colado (2006) quando perguntam o quanto nós (pesquisadores do Sul Global) somos eurocêntricos, mesmo que não sejamos de fato Europeus. Os autores afirmam que o eurocentrismo é uma ideologia percebida e assimilada em diferentes regiões do mundo, e que hoje é também fortemente influenciada pela ideologia neoliberal dos EUA, que versa sobre como se comportar, pensar e agir em busca do “desenvolvimento” e da “modernidade”. O nosso ponto de argumento é que a opção decolonial para os EOR (Abdalla & Faria, 2017) ajuda a descolonizar o que está oculto nas proposições epistemológicas da modernidade divulgada pelo pensamento euro-estadunidense, permitindo que coloquemos no centro da reflexão a crítica ao *management* e às ferramentas de administração que exploram o trabalho e marginalizam outras lógicas de organização (Misoczky & Camara, 2015).

Com isso, estamos engajados na busca por alternativas ao *management* a partir do conhecimento alinhado às realidades locais e alternativas históricas de saberes e práticas de gestão decoloniais. Desse modo, articulamos a perspectiva histórica nos EOR com o intuito de resgatar autores(as) e conceitos de outro tempo histórico, mas que nos ajuda a pensar a gestão

e as organizações no contexto do Brasil de hoje. Esse resgate atende aos pedidos de Wanderley e Barros (2018) para reconfigurarmos a virada histórica, ou mesmo a virada humanista e literária nos EOR mediante a decolonialidade por autores(as) (como caminho) e conceitos (como base analítica) localizados no Sul Global, que não só mudem o conteúdo da nossa conversa acadêmica colonizada, mas que também possibilitem a mudança nos termos desta conversa. Como pesquisadores brasileiros, estamos primordialmente engajados com o resgate de autores(as) e conceitos formulados no Brasil que ajudem a melhor entender a gestão praticada nesta localidade. Contudo, acreditamos que nossas contribuições não se limitam à gestão tropicalizada à brasileira, e assim incentivamos pesquisadores de outras localizações geográficas na construção de argumentos científicos condizentes com projetos epistemológicos pluriversos.

Como consequência, em vez de seguirmos Max Weber, Michel Foucault, ou mesmo Teoria Ator Rede e ANTI-History (e.g. Corrigan & Mills, 2012; Weatherbee, 2012), buscamos antes resgatar a obra literária “Macunaíma: um herói sem nenhum caráter”, de Mário de Andrade, e o conceito de Antropofagia para colocarmos na prateleira do conhecimento científico outras formas de analisar as organizações e sua gestão. Esse exercício reflexivo tem a pretensão de (re)pensar aquilo que chamamos de perspectiva crítica nos EOR. Portanto, a segunda questão central que continua a reflexão proposta neste artigo é: como a análise da obra literária de Macunaíma e o conceito de antropofagia ajudam a (re)pensar a maneira como teorizamos as organizações e a gestão local que resistem à lógica moderna/colonial do *management*? Para isso, compreendemos que tanto a literatura quanto os EOR dialogam no exato sentido que os textos literários possibilitam para a área lentes contextuais que concedem outras maneiras para teorizar e acessar diferentes formas de gestão (Thexton, Prasad, & Mills, 2019; Beyes, Costas, & Ortman, 2019). Os EOR bebem dos gêneros literários há bastante tempo, ou na linguagem antropofágica, devoram as obras literárias para incorporar outra linguagem para falar do cotidiano da gestão. Pinto e Ribeiro (2018) buscaram nas obras de Jorge Amado (re) visitar aspectos históricos e socioculturais do sul da Bahia para abastecer as discussões na área da administração política e perceberam ser ainda necessário para os EOR trazer maior engajamento entre literatura e gestão, principalmente na mobilização de obras literárias localizadas no Sul Global, para acessar e conhecer as especificidades do ser e fazer gestão desse lado do hemisfério.

Se pensarmos o campo interdisciplinar do pensamento social tradicional brasileiro a partir dos autores tidos como intérpretes do Brasil (Wanderley & Bauer, 2020), os quais buscavam olhar para fenômenos típicos do contexto do Sul a partir de teorizações desse lugar, compreendemos que esse movimento e autores(as) já atuavam no deslocamento epistemológico anglo-saxão (Wanderley & Barros, 2018). Porém, Wanderley e Bauer (2020) afirmam que ainda é tímida a produção sobre o Brasil e o aprofundamento de autores como “Paulo Freire, Darcy Ribeiro e Milton Santos no que se refere aos estudos decoloniais na América Latina” (p. 146). Compreendemos, então, a necessidade de consolidar esses e demais autores do Sul nos estudos decoloniais na América Latina. Assim, ao trazermos Mário

de Andrade e sua obra “Macunaíma: o herói sem nenhum caráter” da margem do Norte Global para o centro do Sul Global dessa discussão, estamos atendendo ao giro decolonial proposto por autores que pensam a modernidade/colonialidade (Ballestrin, 2013, Wanderley & Barros, 2018). E nesse mesmo giro decolonial, resgatamos um dos escritores brasileiros modernistas/antropofágicos para o debate alinhado à necessidade das áreas de gestão, história e literatura conversarem e se influenciarem cada vez mais. Tais escolhas onto-epistemológicas podem ser lidas como um avanço na fronteira do conhecimento, pois pensa a gestão na (e a partir da) América Latina, considerando de modo particular o contexto brasileiro, dada as suas singularidades, em termos de colonização e colonialidade (Ballestrin, 2013).

Destacamos também a importância da relação interdisciplinar entre as diferentes áreas de conhecimento mobilizadas neste texto, pois acreditamos que a articulação entre as áreas de história, literatura e gestão possui potencial inovador, contribuindo sobremaneira para a teorização sobre as organizações. Portanto, a relação interdisciplinar aqui viabilizada faz parte de um esforço teórico para propormos um novo caminho epistêmico de interpretação da gestão praticada no Sul Global que denominaremos de “gestão às avessas e sem caráter”, inspirados pela obra seminal de Mário de Andrade. As características desse modo de praticar a gestão tropicalizada surgem a partir de respostas interpretativas às práticas organizacionais condizentes com nossas demandas empíricas e que buscaram resistir à lógica moderno/colonial do *management*. Esperamos que nossos esforços de renovação da lente epistêmica e interpretativa sirva de inspiração para repensarmos a crítica nos EOR, inclusive superando a maneira disfuncional de olhar para as organizações e para a gestão praticada no Sul Global.

A fim de tornar tangível a aplicação da “gestão às avessas e sem caráter”, (re)examinamos pesquisas realizadas no campo das culturas populares na região do Agreste de Pernambuco, Brasil (Santos, Silva, Dias, & Moraes, no prelo; Santos, Silva, Dias, & Moraes, 2020), porque entendemos que as experiências dos pesquisadores com organizações culturais de um contexto Sul Global e periférico, “organizações outras” como colocado por Couto, Honorato e Silva (2019), exemplificam essa outra forma de gestão que pensamos, uma “gestão às avessas e sem caráter”. Além disso, visibilizam uma organização que ainda preserva jeitos próprios de fazer gestão que resistem a essa lógica colonizante e estruturante do Norte Global. Desse modo, resgatamos as características da gestão tropicalizada à brasileira que demonstra ambivalência e contradições de identidade, como bem colocado na citação de Mário de Andrade em epígrafe no início do texto. Assim, a partir da análise da obra literária de Macunaíma, à luz das teorias aqui mencionadas e de nossas pesquisas com o campo das culturas populares, (re)pensamos formas de teorizar as práticas de gestão.

(Re)pensando a Crítica nos Estudos Organizacionais a partir do olhar histórico-decolonial

Desde que Zald (1993) solicitou a reconfiguração dos EOR enquanto área de pesquisa científica e humana no final do século passado, podemos perceber que os pesquisadores organizacionais têm se engajado nesta tarefa quase três décadas depois de sua solicitação. O argumento de Zald (1993, p. 514) de que “os estudos organizacionais existem nos interstícios de várias disciplinas”, certamente pareceu convencer Kieser (1994) e, mais tarde, Clark e Rowlinson (2004) quando argumentaram em favor do “*historic turn*” nos EOR com a pretensão de discutir o tratamento do passado, as narrativas históricas e a historiografia nessa área particular de conhecimento. As edições especiais recentes de comemoração deste movimento nos periódicos *Academy of Management Review* e *Management & Organizational History*, certamente demonstraram haver algum progresso na interseção entre EOR e a disciplina da história (e.g. Godfrey, Hassard, O'Connor, Rowlinson, & Ruef, 2016; Mills, Suddaby, Foster, & Durepos, 2016).

Em paralelo, na introdução de uma edição especial no periódico *Culture and Organization* sobre Literatura e Organização, Thexton *et al.* (2019, p. 83) chegaram a demonstrar descontentamento ao afirmarem que “pouca consideração até agora foi devotada ao estudo da literatura” nas pesquisas sobre organizações. O que nos faz argumentar que a relação entre gestão, história e literatura seja via de interação interdisciplinar ainda a ser explorada. De certo, somos complacentes aos pedidos dos nossos colegas pesquisadores que os EOR precisam ser “mais históricos” (Rowlinson, Hassard, & Decker, 2014; Maclean, Harvey, & Clegg 2016) e seguramente a análise dos problemas e fenômenos organizacionais melhoram quando incluímos as contribuições da literatura ficcional (Grafström & Jonsson, 2019). No entanto, precisamos ser reflexivos e cautelosos a esses pedidos reiterados para não escolhermos projetos epistemológicos negligentes com as nossas demandas e necessidades analíticas locais, geográficas e políticas (Misoczky & Camara, 2020).

A nossa preocupação é que, apesar dos pedidos por virada histórica, linguística e perspectiva crítica pós-moderna nos EOR (Clark & Rowlinson, 2004; Booth & Rowlinson 2006), precisamos de início promover uma virada decolonial a partir de atitudes epistêmicas coerentes com abordagens teóricas outras (Maldonado-Torres, 2011) que nos faça repensar a própria crítica que formulamos. Além disso, também precisamos esclarecer que enquanto há teóricos organizacionais preocupados em discutir a pós-modernidade crítica emancipatória para os EOR (e.g. Durepos, Shaffner, & Taylor, 2019), eles deliberadamente esquecem de discutir as implicações veladas que o projeto de modernidade racional euro-estadunidense (Escobar, 2007) causaram em outras localidades do mundo de maneira geral e, em particular, nos projetos, conceitos, autores e organizações situadas na América Latina (Wanderley & Barros, 2018).

Isso porque a perspectiva crítica do Norte Global parece ignorar as assimetrias históricas e coloniais, além de desconsiderar também seus

impactos nos espaços institucionais de produção do conhecimento (Misoczky, 2011). Ao mesmo tempo, epistemologias euro-estadunidenses são universalizadas ao ponto de ignorar os saberes e conhecimentos produzidos em outras localidades (Abdalla & Faria, 2017). Portanto, promovemos o engajamento com a história e literatura nos EOR a partir do paradigma outro da decolonialidade em respeito às necessidades e interpretações concorrentes das histórias, práticas e organizações situadas no intercruzamento de localizações geopolíticas e diferenças coloniais (Mignolo & Walsh, 2018).

O sociólogo peruano Aníbal Quijano (1992), em seu artigo seminal publicado inicialmente em 1989, expôs a estrutura colonial de poder ao processo de modernidade/racionalidade imposto pelas nações europeias a outras regiões do mundo, especialmente a partir da conquista das sociedades e culturas que existiam na América Latina. Essa articulação foi precisa em mostrar que o colonialismo, como sistema de dominação política, econômica e social, aparentemente acabou com a independência das nações antes dominadas (Mignolo, 2007), mas que a colonialidade como articulação de dominação do imaginário e da subjetividade ainda persiste – principalmente na produção do conhecimento (Quijano, 1992). Após essa crítica, um grupo de pesquisadores latino-americanos se reuniram durante a década de 1990 para pensar os impactos da narrativa da modernidade europeia – que hoje também é uma narrativa vinculada à hegemonia estadunidense – como projeto político-epistêmico que esconde as marcas da colonialidade (Escobar, 2007).

A relação íntima entre modernidade e colonialidade foi para este grupo de pesquisadores a premissa central para pensar os problemas socioculturais da América Latina, juntamente com a promoção do processo de decolonialidade e uma perspectiva de mundo outra, ou parafraseando as palavras do filósofo argentino Enrique Dussel (2002), um mundo em que vários povos, culturas e sociedades venham a coexistir de maneira (trans) moderna e pluriversal. Assim, Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade é uma articulação teórica interdisciplinar que mobilizamos neste artigo mediante as contribuições do grupo de teóricos latino-americanos para (re) pensar a articulação crítica entre gestão, história e literatura.

Baseado principalmente nas proposições conceituais de Dussel (2002) e Quijano (2005), Escobar (2007) argumenta que é preciso analisar a modernidade sobre cinco pontos centrais: (1) o início da modernidade é demarcada com a conquista da América em 1492, relacionada diretamente ao processo de colonialismo; (2) a modernidade constituiu o sistema capitalista mundial a partir do processo de exploração econômica iniciada pelo colonialismo; (3) é questionado também a centralidade da modernidade como fenômeno que ocorreu apenas na Europa; (4) o processo de subalternizar outras culturas e saberes distantes das premissas de desenvolvimento europeias é dimensão constitutiva da modernidade; e (5) a concepção do eurocentrismo que centralizou a universalização do conhecimento hegemônico em apenas regiões específicas do mundo.

Esses pontos críticos a respeito da modernidade formam o que mais tarde Maldonado-Torres (2011) chegou a nomear de “atitude epistêmica”,

necessária para promover a decolonialidade do conhecimento. Tudo isso está alinhado à crítica recorrente de Mignolo (2007; 2008; 2009) sobre a “retórica da modernidade” que se propagou através da preocupação em levar a “salvação”, “progresso”, “desenvolvimento” e “democracia” dos projetos locais europeus e norte-americanos para outras localidades do mundo como forma de sustentar e universalizar ocultamente a colonialidade, ou o que Quijano (2005) chamou primeiro de matriz colonial do poder. Para Dussel (2002), a “modernidade” é a reivindicação feita pela Europa, que também passou a ser reivindicada pelos EUA, de universalidade do poder e centro do mundo na gestão do sistema capitalista. Esse processo de centralização do poder econômico, sociocultural e epistemológico é responsável por promover a colonização do tempo e do espaço a partir da macronarrativa mal contada da modernidade (Mignolo & Tlostanova, 2006).

O que autores como Quijano (2005), Mignolo (2007; 2008; 2009) e Dussel (2002) querem explicar é que a ideia de modernidade está intimamente relacionada à colonialidade do poder que universalizou o pensamento e modo de vida Europeu. Além disso, durante o século XX, o modelo econômico dos EUA foi compreendido como caminho para o desenvolvimento a ser seguido e imposto às outras nações no mundo. Essa imposição de visão unilateral e universal do desenvolvimento, ou o que anteriormente era chamado de “missão” e “salvação”, é o que esses autores vão chamar de colonialidade. Conforme Mignolo e Wash (2018, p. 3) chegaram a elucidar: “a colonialidade é constitutiva, não derivada da modernidade. Ou seja, não existe modernidade sem colonialidade”. Assim, pensar a colonialidade é ir além das categorias de análise modernas e eurocêntricas que não podem ou não querem pensar os problemas locais a partir da diferença colonial que há bastante tempo mantém o domínio do poder e do ser (Escobar, 2007).

Dentro do contexto da modernidade/colonialidade, a epistemologia e ontologia fazem parte de uma estrutura de poder que explora, domina e controla as dimensões da existência humana a partir de diferentes localidades do mundo – desde o seu centro até as suas margens, ou seja, “como sujeitos modernos respiramos colonialidade o tempo todo e todos os dias” (Maldonado-Torres, 2007, p. 243). Assim, partimos do entendimento que a geração do conhecimento pautado pelas epistemologias pensadas no Norte Global do eixo euro-estadunidense sustenta o discurso retórico da modernidade e o seu lado sombrio da colonialidade (Mignolo, 2007) na área dos EOR. Logo, entender a relação entre modernidade/colonialidade a partir das ideias de Quijano (1992; 2005), Dussel (2002) e Mignolo (2007; 2008) é crucial para (re)pensar a forma como formulamos a crítica nos EOR à luz da opção decolonial.

Isso é particularmente verdade no âmbito das pesquisas nos EOR como autores latino-americanos têm argumentado há algum tempo. De início, Dussel e Ibarra-Colado (2006) chegaram a afirmar que a organização comercial e da atividade do trabalho passou por um processo de simplificação que naturalizou priorizar a lucratividade nas grandes corporações em detrimento da qualidade da vida humana. Os autores fazem um resgate histórico sobre o avanço do conhecimento em gestão e mostram como a lógica da divisão do trabalho e organização fabril desde os princípios econômicos de Adam

Smith foi responsável pela disseminação do processo de racionalização nos modos de organização. O aperfeiçoamento da racionalidade instrumental e da lógica de produção capitalista passou pelos preceitos da administração científica clássica em Frederick Taylor e Henry Ford, e mais adiante com a renovação da ideia de gestão neutra, técnica e universal na proposta de Peter Drucker (Misoczky & Camara, 2015).

Nesta mesma linha de raciocínio, Alcadipani e Rosa (2011) colocam três pontos que ajudam a entender a “americanização” do conhecimento em gestão como mecanismo epistemológico de dominação: (1) o processo de industrialização durante o avanço da modernidade; (2) a separação cartesiana entre mente e corpo com a figura do gestor de linha como homem norte-americano extremamente racional; e (3) o termo “organização” usualmente é uma designação de um tipo particular de forma de gestão das grandes corporações dos EUA. Esse processo de universalização de uma epistemologia local em escalas globais que ignora o lócus de enunciação ou produção do conhecimento (Mignolo, 2009) passa pela implementação da lógica de mercado como forma de gestão unicamente racional e possível de ser feita.

Não é de se surpreender, portanto, que a afirmação contundente de Misoczky (2011, p. 351) de que o *management* “pode ser percebido, do ponto de vista da diferença colonial, como mais uma expressão da colonialidade”, tem encontrado amparo na discussão recente no campo dos EOR (Abdalla & Faria, 2017; Couto & Carrieri, 2018; Wanderley & Barros, 2018). No contexto de gestão e administração dos últimos 150 anos, Ibarra-Colado (2006) bem argumentou que a colonialidade epistêmica tentou homogeneizar o conhecimento nos EOR com a visão distorcida e hegemônica da gestão racional-instrumental do centro. Ou como afirmaram Alcadipani e Rosa (2011, p. 455) “não obstante todas as evidências em contrário, este campo de estudo [EOR] tende a considerar a administração como uma invenção dos EUA”.

Para Abdalla e Faria (2017), o contexto da globalização logo após 1989 construiu o expansionismo mundial do sistema gerencial financista quando promoveu o processo de hiperuniversalização do *management* e da ideologia moderna do capitalismo euro-estadunidense. Os autores complementam o argumento propondo uma reflexão sobre a modernidade/colonialidade a partir da geopolítica do conhecimento que possibilita enxergar os problemas criados historicamente pelo modelo unilateral do modo de fazer gestão transferido para outras localidades do mundo, como os países do Sul Global e as periferias existentes no Norte Global. Os problemas e as promessas da modernidade tornaram-se uma retórica falsificada que não se sustenta. Esse argumento parece ser bem aceito por Couto e Carrieri (2018) quando o nomeia de “processo de colonização” no campo dos EOR. Para os autores, esse processo se propagou pela “mídia popular de negócios, pela retórica das consultorias, pela crença de um livre mercado em que, naturalmente, não haverá recursos para todos” (2018, p. 639).

Assim, entendemos que a articulação entre a perspectiva histórica e a decolonialidade fornece uma possibilidade de (re)construir histórias decoloniais sobre o passado através de uma percepção outra da historiografia clássica.

E para melhor articular este compromisso, acreditamos que a literatura ficcional nos permite compor uma narrativa interpretativa sobre a realidade da gestão situada no Sul entre autores e conceitos locais pouco analisados a partir da decolonialidade (Wanderley & Barros, 2018). Por isso, optamos pela opção ética-política da decolonialidade com o intuito de promover projetos epistemológicos que (re)pensam aquilo que denominamos de perspectiva crítica nos EOR em três momentos subsequentes: (1) promovendo o resgate de autores e conceitos situados no Sul para mudar não só o conteúdo da nossa conversa acadêmica (colonializada), mas também o próprio termo dessas conversas; (2) com isso, estamos preocupados em co-construir uma perspectiva transcospopolita e transmoderna nos EOR como sugerida por Abdalla e Farias (2017), na qual desestabilizamos a universalidade euro-estadunidense e informamos uma perspectiva pluriversal a partir do conhecimento gerado no Sul Global; e (3) além disso, exemplificaremos a análise aqui proposta a partir da nossa experiência como pesquisadores envolvidos com o estudo de “organizações outras” como sugere Couto, Honorato e Silva (2019), as quais são resultados de processos de lutas populares e resistência à lógica moderno/colonial do *management* (Misoczky, 2019).

Estudos Organizacionais e Literatura: uma relação antropofágica

Antes de abordarmos como a antropofagia foi incorporada aos EOR, consideramos importante contextualizar o leitor/a, apresentando o movimento que antecedeu essa relação teórica. Falamos aqui da Semana de Arte Moderna e do resgate antropofágico realizado, que aconteceu em fevereiro de 1922 em São Paulo, representado no lançamento da Revista Antropofágica por Oswald de Andrade (Islam, 2012). Esse movimento de resgate por uma identidade buscava: entender a arte produzida no Brasil, a busca por nossas raízes Tupi e, em paralelo, localizar que lugar ocupávamos na arte moderna em relação à Europa e América Latina. Pretendia-se também romper com as amarras coloniais e europeias em nossa forma de fazer e ser (Lindote, Goudel, & Garcez, 2007). Para Islam (2012), assim como na relação colonizador e colonizado que um informa o outro, o mesmo princípio se aplica à identidade e alteridade antropofágica.

Essa caça por uma identidade cultural a partir de nossas raízes, ou seja, dos povos originários, não se encerra na Semana de Arte Moderna. Em 1928, Oswald de Andrade lança o “Manifesto Antropofágico” e Mário de Andrade lança o livro “Macunaíma: o herói sem nenhum caráter”. No manifesto, Oswald afirma que é a antropofagia que nos une (enquanto identidade descolonizada) e que devemos devorar nosso inimigo colonizador e, só a partir disso, extrair do inimigo suas qualidades e transformá-la em algo autêntico, assim como os indígenas canibais faziam. É importante mencionar que a ideia desse manifesto, além de claramente referenciar os antropofágicos indígenas, também foi inspirada no quadro que Oswald recebeu de Tarsila do Amaral, chamado “Abaporu”, nome de origem Tupi e que em tradução livre significa

“homem que come”, o que ilustra bem o significado do manifesto (Lindote, Goudel, & Garcez, 2007; Wanderley & Bauer, 2020), e a leitura que Oswald fez de Montaigne (Islam, 2012).

Podemos dizer, a partir das lentes teóricas que mobilizamos, que as reflexões e práticas de Oswald podem ser interpretadas como decoloniais. Essa barbárie refere-se à busca pelo primitivismo que os vanguardistas resgataram como forma de romper com a colonização, e também como forma de renovação, pois os Andrades, Mário e Oswald, compreendiam igualmente a necessidade do fim da civilização (Lima, 2016) ou da modernidade no entendimento adotado neste artigo. A relação teórica entre antropofagia e EOR foi incorporada com base no mesmo princípio de resgate da antropofagia brasileira praticada pelos povos originários. Em artigo seminal, Wood e Caldas (1998) mostram como utilizar da antropofagia na área da gestão (Wanderley & Bauer, 2020). Para isso, os autores voltam na origem deste país e bebem na fonte das práticas de tribos canibais. As tribos canibais comiam um guerreiro e/ou inimigo por sua coragem e esperavam com este ato adquirir tais características. Não era qualquer guerreiro ou inimigo apto a ser devorado no ritual antropofágico; havia uma percepção criteriosa para se praticar o canibalismo. Muitos jesuitas escaparam justamente por não atenderem tais requisitos (Wood & Caldas, 1998).

Wood e Caldas (1998) propuseram aos EOR colocar o mesmo critério nos modelos gerenciais estrangeiros. Os autores se basearam também no movimento do século XX da Semana de Arte Moderna. A proposta dos autores é que ao olharmos para o Norte Global e seus modelos teóricos, coloquemos critérios ao devorá-los, e “os que provarem sua coragem, valor e adequação ao contexto dos países emergentes poderão ser utilizados” (Wood & Caldas, 1998, p. 7) ou, nas palavras de Wanderley e Bauer (2020), fazer uso somente do melhor do estrangeiro. Ao propor que adotemos critérios para mobilizar as referências gerenciais de países tidos como desenvolvidos ou de localização euro-estadunidense, Wood e Caldas (1998) alertam para as diferenças socioculturais entre quem produz a teoria e quem a consome. Para isso, os autores sugerem: 1) observar quem produziu tal teoria e com qual objetivo; 2) olhar o contexto local e cultural no qual foi formulada e 3) compreender a demanda ou problema que fomentou determinado modelo. É imprescindível entender que não existem modelos universais que servem para toda e qualquer realidade. Desse modo, não significa descartar o que é estrangeiro somente por ser estrangeiro, nem tão pouco utilizar as propostas gerenciais estrangeiras indiscriminadamente (Wanderley & Bauer, 2020). O filtro antropofágico se aplica também ao fazer da pesquisa acadêmica, se considerarmos quais epistemologias e qual a localidade do conhecimento estamos referenciando em nossos textos.

Dessa forma, o Islam (2012) tece uma crítica à forma superficial que a antropofagia vem sendo compreendida nos EOR. O autor argumenta que o conceito não foi aprofundado historicamente, o que leva a uma perda conceitual e um restringimento a apenas uma “seletividade organizacional”. Ou seja, o conceito de antropofagia organizacional é empregado como uma seleção criteriosa da produção de conhecimento euro-estadunidense, quando deveria prever “a criação de identidades relacionais baseadas

na captura e absorção do outro” e que essas identidades relacionais se alimentam de aspectos culturais. Logo, “o conceito de antropofagia vai além de um processo de apropriação seletiva de ‘escolha e escolha’ e reflete **um profundo senso de ironia e ambivalência histórica**” (Islam, 2012, p. 168, *grifo nosso*), assim como no livro “Macunaíma” escrito por Mário de Andrade.

Com o intuito de mostrar como a antropofagia pode ser historicizada, Islam (2012) traz três momentos que o movimento antropofágico pode ser resgatado no Brasil, na figura do (1) indígena, (2) do modernista e (3) nos anos 60 com o movimento tropicália. É possível observar por meio dessas figuras, por exemplo, que a antropofagia estabeleceu pontes na literatura com os modernistas e na cultura e artes com os tropicalistas (Islam, 2012). Adotamos essa mesma ponte entre gestão, história e literatura para compreender, a partir de outra linguagem textual, como a literatura ficcional da obra de “Macunaíma: o herói sem nenhum caráter”, escrita por Mário de Andrade, como a literatura tem muito a contribuir com a área dos EOR. (Pinheiro, Vieira, & Motta, 2010).

É sabido que o “Manifesto Antropofágico” escrito por Oswald de Andrade foi devorado por diferentes áreas do conhecimento (ver Lindote, Goudel, & Garcez, 2007; Islam, 2012; Nitschack, 2013; Lima, 2016). A obra “Macunaíma: o herói sem nenhum caráter” escrita por Mário de Andrade também é fruto do mesmo período e efervescência cultural modernista da década de 1920. A obra de Mário de Andrade foi transformada em histórias em quadrinhos por Angelo Abu e Dan X em 2016 no livro intitulado “Macunaíma em quadrinhos”. E foi dessa releitura em HQ que Freitas e Matos (2019) buscaram entender como uma outra linguagem de Macunaíma comunica a antropofagia e os demais elementos culturais do texto original de Mário de Andrade. Os autores concluíram que através dos traços, cores e diálogos dos quadrinhos, por exemplo, é possível por meio de uma narrativa outra da história retratar o contexto da modernidade e seu caráter antropofágico originário. Como também por outra linguagem, a fílmica, a obra “Macunaíma” foi devorada de maneira antropofágica em 1969 para chegar aos cinemas (Freitas & Matos, 2019). Nitschack (2013) mobiliza a obra clássica do Mário de Andrade em comparação a romances da literatura alemã.

O autor afirma que existem semelhanças entre a obra modernista de Mário e do escritor alemão Wilhelm Meisters. Ao dissecar a obra modernista, Nitschack (2013) chega à conclusão que Macunaíma é uma crítica à modernidade e o ponto em comum entre as duas obras literárias se dá pela busca de cultura nacional advinda da subjetividade e resistência. Melo (2010), por exemplo, define a obra literária como “o símbolo de deslocamentos geográficos, de temporalidades misturadas e de hibridismos culturais” (p. 206). O autor ainda aponta os aspectos antropofágicos do personagem indígena Macunaíma, sendo eles: (1) o primitivismo que a princípio foi uma crítica europeia e se transforma em potência mágica, que permite ao herói desconhecer distâncias e fronteiras ao se “desgeograficar”; (2) a forma como o herói transmuta de identidade (bacharel, pintor, francesa, peixe, imperador, branco, negro e ursa maior); e (3) como ele incorpora e transforma a cidade e o Mato Virgem, de tal forma que nenhum dos dois lugares, nem mesmo o herói, são mais os mesmos (Melo, 2010).

O Mato Virgem na obra literária de Mário de Andrade reflete o Brasil transcultural que poderíamos ser, que nasce e finda-se o herói sem nenhum caráter: “o lugar é produto de uma transculturação imaginada por Mário de Andrade: onde índios-tapanhumas convivem com mucambos, malocas, Pai Nagô e rendeiras nordestinas. O lar do herói é caracterizado pelas Áfricas e Índias que pulsam dentro do Brasil tropical” (Melo, 2010, p. 223).

Melo (2010) confronta a interpretação do próprio Mário de Andrade, a qual o autor da obra literária afirma que Macunaíma renega sua origem tropical. Na interpretação de Melo (2010, p. 216) “ele apenas incorpora outras sensibilidades e outras visões a sua subjetividade. Macunaíma é um “transculturador” e não um “aculturado”. Em relação aos atos antropofágicos do herói, o autor afirma que falta olhar também para o antropofágico e as intenções por trás da antropofagia, já que muitas pesquisas se detêm a observar a antropofagia (sobretudo, a cultural) como benéfica, sem pautar que muitos destes hibridismos podem impactar o todo. Ou seja, é necessário verificar o quanto essas antropofagias culturais são para o bem da localidade, pois alguns hibridismos podem “ocultar interesses escusos, reproduzir iniquidades, como também ajudam a estabelecer diálogos fecundos e emancipatórios” (p. 226).

Diante disso, entendemos que somamos esforços a estes trabalhos e damos mais um passo ao propor aqui um hibridismo entre subalternizados do Sul como diz Melo (2010), levando em consideração a finalidade deste ato antropofágico: fazer uma articulação entre a literatura do Sul Global para pensar questões epistemológicas da gestão deste mesmo Sul Global. Em outras palavras, nos interessa o hibridismo antropofágico do campo da literatura com os EOR entre aqueles que foram subalternizados: o Sul Global, a África e a Índia. Essa relação antropofágica entre os EOR e a literatura surge como possibilidade de propormos uma versão interpretativa da história que é decolonial por “às avessas e sem caráter”.

Gestão “às avessas e sem caráter”: um contraponto a projetos epistemológicos adoecidos

“Macunaíma queria que os outros acreditassem que ele falava o inglês, porém não falava nem sweetheart não [...] sou americano e meu lugar é na América. A civilização europeia na certa esculhamba a inteireza do nosso caráter”.

- Mário de Andrade

Antes da análise em si, cabe apresentarmos de maneira sucinta do que se trata a obra literária *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter* que alimenta as nossas reflexões de uma “gestão às avessas e sem caráter”. Na obra, Mário de Andrade nos apresenta o protagonista que dá nome à obra, Macunaíma, que nasceu no Mato Virgem, marcado pela preguiça e por sua disposição para “brincar” até com sua cunhada. Em suas muitas aventuras, nosso herói, até então pequeno, leva um banho de aipim/macaxeira envenenado que o transforma em adulto, porém, sua cabeça permanece de criança. Após a morte da mãe, Macunaíma e seus irmãos deixam o Mato Virgem. Na estrada, nosso herói encontra com Ci, a Mãe do Mato. Deste encontro “forçoso”,

Ci fica grávida e Macunaíma se torna o imperador do Mato Virgem. O que parecia ser o final feliz do herói é a virada em sua história (Andrade, 2019).

Ci e Macunaíma perdem seu filho e de tanta tristeza, Ci resolve subir aos céus para ser estrela, mas antes entrega ao herói um amuleto com o nome de muiraquitã. Nosso herói continua suas aventuras ao lado de seus irmãos Jiguê e Maanape, e em uma delas, perde seu muiraquitã. É a perda do amuleto que leva Macunaíma e os irmãos para São Paulo, pois ele fica sabendo que o amuleto se encontra com o peruano Venceslau Pietro, também conhecido como gigante Piaimã. O decorrer da obra relata as experiências, estranhamentos e disputas com a vida na cidade e as aventuras do herói para recuperar o amuleto que está com o gigante. Após muitas tentativas, o herói recupera o muiraquitã e retorna para casa com Jiguê e Maanape. Mas esse não é o fim da história, pois quando já estava em casa, Macunaíma perde seu amuleto mais uma vez. Entristecido e sozinho, decide ir ao céu e torna-se a constelação de Ursa Maior (Andrade, 2019)

Apresentada esta breve introdução à obra, iniciamos a análise pelo final dela, visto que é a partir do final de Macunaíma que Melo (2010) aponta para a realização incompleta do herói. Para Melo (2010), o herói sem nenhum caráter é mais do que um antropofágico – antropofagia esta que recebe críticas por não olhar para o antropófago e as consequências de devorar o “diferente” para a comunidade, ou seja, a intencionalidade que move o ato – ou um híbrido, tampouco um aculturado, mas um personagem elaborado por Mário de Andrade como um transculturador. Nas palavras do autor, “um transculturador bem sucedido, e ao mesmo tempo herói fracassado na sua integração ao mundo” (Melo, 2010, p. 217). Essa interpretação que Melo (2010) faz do herói sem nenhum caráter e do seu “sucesso mal sucedido” podem ser ilustrados pelo fato do herói mesmo após recuperar seu Muiraquitã, razão pela qual deixou o Mato Virgem, se ver como não pertencente ao Mato Virgem e à cidade; estava em um não lugar, e decide subir ao céu como estrela. Em certa medida, os sucessos e insucessos do herói em suas transculturações são úteis ao campo dos EOR e, mais precisamente, à ideia de “gestão às avessas e sem caráter” para compreendermos os sucessos e insucessos da antropofagia e nosso possível “fracasso” na integração com o mundo moderno.

Após tantas aventuras e desventuras, o herói percebe que seja no Mato Virgem ou na cidade, ele não tem lugar e faz seu último ato antropofágico ao se transformar em Ursa Maior, mas isso sem abrir mão das galinhas, do galo, da gaiola, do revólver e relógio advindos da cidade (Andrade, 2019). Macunaíma então parte para ser e estar como os seus, transformando-se em mais um brilho inútil no céu. Em sua última ação, não abre mão dos elementos da cidade ao mesmo tempo que usa da magia/misticismo (primitivismo) para se transformar. Esse fim melancólico do herói é em resposta a sua “inutilidade”, uma vez que todo ato antropofágico que fez durante a rapsódia foi pensando em si próprio (Melo, 2010). É interessante observar os impactos desses atos antropofágicos na vida do herói e na comunidade, já que “o usufruto da tecnologia cidadina certamente beneficiou Macunaíma, o indivíduo, mas maculou sua comunidade (Mato Virgem), causando-lhe desequilíbrio e levando-a ao ocaso” (Melo, 2010, p. 219). Nisso consiste a crítica à antropofagia.

Esse não lugar que Macunaíma se encontrou após tantas antropofagias nos auxilia a refletir sobre o não lugar que a gestão praticada no contexto do Sul Global ocupa no modelo de gestão posto sob a lógica do Norte Global, um **não lugar** que pode ser compreendido naquilo que estamos colocando como gestão “às avessas” e “sem caráter”. A gestão aqui denominada de “às avessas” e “sem caráter” olha a partir da decolonialidade, o que não significa ignorar a colonialidade refletida no *management* (Misoczky, 2011) ou ter a utopia de voltarmos à pré-colonização, mas pensar os impactos destes processos históricos. A decolonialidade nos ajuda a entender os processos históricos do colonialismo do passado que resultou na colonialidade/modernidade como conhecemos e sentimos hoje. Assim, não incentivamos abandonar epistemologias euro-estadunidenses que são consideradas cânones na nossa área, nem somente utilizar de teorias do Sul Global, mas compreender qual a localização do conhecimento e o papel de cada uma no caldeirão antropofágico e alçar o espaço da transculturação em que o local e o global converseem, tornando possível o surgimento de um terceiro elemento híbrido. Islam (2012, p. 175) corrobora ao dizer que “essa combinação de particular e universal, o tropo singular com generalidade alegórica, serve como modelo epistêmico consistente com a própria ética antropofágica”.

O personagem de Macunaíma, criado por Mário de Andrade, carrega a **descaracterização, ambiguidade e desnegativação simbólico-literária** da identidade brasileira, as quais julgamos propícias no entendimento histórico da gestão e organização que burla os conceitos, definições e pressupostos já há bastante tempo naturalizados na área dos EOR. As expressões, desavenças e quebras de expectativas que o personagem Macunaíma da tribo indígena “Tapanhumas” carrega na sua misticidade e hibridez, por exemplo, soa como metáfora para a compreensão da gestão e das organizações locais a partir das mutações, permutações e adaptações sofridas de maneira antropofágica no contexto brasileiro, e que nem sempre resultaram em apropriações benéficas. A partir da análise de Macunaíma, surge então a possibilidade de entender as incongruências de quem performa a gestão e ao mesmo tempo delinea as organizações, que “fala numa língua e escrevem em outra” entre o “brasileiro falado e o português escrito” (Andrade, 2019, p. 94 e 96) como realçado na epígrafe que abre esta seção de análise do texto.

Essas **incongruências e vicissitudes da gestão**, aqui entendidas como gestão “às avessas e sem caráter”, são resultados de diálogos trans-históricos e intersubjetivos (Sanchez, 2019). Os termos “às avessas” e “sem caráter” são utilizados no sentido principal de explicar que: (1) é uma gestão por avesso no sentido de performatividade e desempenho que não necessariamente corresponde aos preceitos de organização e racionalização das ações naturalizadas pela tecnoestrutura da especialização do trabalho e à finalidade lucrativa da ideologia euro-estadunidense (Ibarra-Colado, 2006); e (2) é “às avessas” e também “sem caráter” por entender que é algo que não podemos falar e nem desejaríamos de uma gestão purista ou nacionalista própria do Sul Global, que em constante recorrência manteve contato com as importações de ferramentas gerenciais pretensamente neutras do Norte Global (Misoczky & Camara, 2015). Ademais, foi vista em

suas peculiaridades, traços rotulados de gestão e práticas administrativas disfuncionais ou problemáticas por não corresponder em medida equivalente à modernidade e à civilização neoliberal americanizada (Alcadipani & Rosa, 2010).

Neste ponto, voltar na história literária de interpretações baseadas nas contradições e divergências da não unicidade cultural brasileira a partir de uma produção literária de um autor crítico e genuinamente local é característico daquilo que Wanderley e Barros (2018) chamam de “giro histórico decolonial”, ao passo que aponta para uma atitude decolonial epistêmica da produção do conhecimento (Maldonado-Torres, 2007) anti-universal, *anti-management*, que defende a pluriversalidade de saberes e práticas das maneiras de retratar a gestão (Misoczky, 2011). O personagem Macunaíma é um retrato possível para compreendermos o ato antropofágico no contexto dos EOR a partir de um deslocamento reflexivo que adapta do estrangeiro aquilo que há de melhor, como afirmam Wanderley e Bauer (2020). Contudo, a reflexão que buscamos desenvolver também argumenta que a antropofagia organizacional, como denominou inicialmente Wood e Caldas (1998), pode resultar numa “gestão sem caráter” no determinado momento em que os traços performativos e característicos dos eixos culturais Norte-Sul, ou Sul-Sul, hibridizam-se a tal ponto que aglomerados culturais e ideológicos se tornam **contraditórios, conflituosos e recursivos**, não apresentando, assim, uma estabilidade própria.

Neste sentido, quando falamos na gestão como “sem caráter” é referência feita ao caráter do personagem indígena do Mário de Andrade. Macunaíma é nosso herói sem caráter por performar uma identidade que não possui características únicas que lhe sejam próprias, mas é um personagem que se traveste de características variadas entre diferentes identidades e localidades por onde passou. Assim, é nesse sentido que a metáfora ambígua e paradoxal de “um herói sem nenhum caráter”, por exemplo, mobiliza-se para esse entendimento de modo a propormos a compreensão da “gestão sem caráter” como aquela gestão praticada e organizada no Sul Global sem características puristas ou únicas, mas em sentido de compreensão contrária, com traços históricos-decoloniais que são **híbridos, heterogêneos e complexos**.

Desse modo, enxergar a composição da gestão do Sul à brasileira através de atos antropofágicos que performam a ambivalência entre adaptação (como reforço positivo) e contradição (como reforço negativo) é aquilo que estamos denominando de “às avessas e sem caráter”, e que Melo (2010) chamou atentamente de teoria crítica do hibridismo ou hibridismo subalterno. E é nessa ambivalência que se expõe a nossa gestão, ao passo que é o ponto de partida para começarmos a (re)pensar a crítica nos EOR em resposta às demandas empíricas condizentes com a realidade da gestão localizada no enlaçamento de diferenças coloniais históricas e ordens universais de produção do conhecimento. Quer dizer, as implicações de um posicionamento crítico-decolonial da história que necessita de atenção dos impactos perversos e ocultos do projeto epistemológico do eixo euro-estadunidense que é retórico e, ao mesmo tempo, ambivalente também entre o discurso da modernidade e a perenidade da colonialidade. Sendo assim, argumentamos que pensar

a crítica nos EOR é uma tarefa que começa a ser feita quando a teoria crítica compreende as mazelas deixadas pela modernidade/colonialidade e muda a geografia do conhecimento para as histórias e pensadores de localizações globais renegadas (Mignolo, 2007).

Em última instância, a teoria crítica precisa assumir as lentes da decolonialidade para criar alternativas à modernidade que reverbera em atitudes políticas de negação e assimilação (Mignolo & Tlostanova, 2006) naquilo que o personagem indígena de Mário de Andrade (des) caracterizou nas origens de um povo que buscou ser o que não é, e deixou de lado aquilo que poderia ser, como afirma Melo (2010). Afinal, a falta de caráter do herói Macunaíma pode ser pensada a partir da inexistência de uma preocupação crítica quando adotamos irreflexivamente projetos epistemológicos e visões de mundo eurocêntricas como ideologia. O questionamento colocado outrora por Dussel e Ibarra-Colado (2006, p. 492) ainda se mostra pertinente, ora “até que ponto somos eurocêntricos, mesmo que não sejamos europeus?” E acrescentamos mais: quanto da nossa atitude passiva no consumo de teoria estrangeira do Norte Global não está deixando nosso olhar adoecido para os problemas e questões empíricas locais? Em que pese nossas ações antropofágicas às demandas e escolhas teóricas às quais somos afetos. O adoecimento epistêmico que estamos ressaltando com essas questões reflexivas é uma tentativa de resgatarmos traços ancestrais e primitivos que tonificam nosso (não) caráter constitutivo. Como bem pontuaram Wanderley e Bauer (2020), a perspectiva ameríndia dos atos antropofágicos nos ajuda a investigar as teorias comumente presentes nos EOR e a não usar essas teorias para vislumbrar nossa forma de fazer gestão e organização como algo exótico, arcaico ou pejorativamente primitivo.

No capítulo das “Carta pras Icamiabas”, Macunaíma traz um relato sobre os encantos e desencantos culturais do herói, originado do Mato Virgem, com a cidade de São Paulo e seu povo. Em um trecho da carta, a preocupação da linguagem como expressão e característica contraditória do povo cidadão paulistano é ressaltada pelo herói que observou “uma curiosidade original deste povo. Ora sabereis que a sua riqueza de expressão intelectual é tão prodigiosa, que falam numa língua e escrevem noutra” (Andrade, 2019, p. 94). A ironia presente nesse trecho do livro demonstra a ambivalência que funda o não caráter dos trópicos latinos à brasileira, que em dado momento se apresenta com a linguagem de “bárbaros” e em outro momento a variedade da linguagem é ironizada com a denominação “bilíngue” na relação da língua dos povos “desta terra” com a língua lusitana ou com o idioma inglês.

Essa antropofagia constitutiva do “Homem Latino, de Lineu” que performa a linguagem de maneira hibridizada, segundo Melo (2010), parece ser o “**entre lugar**” que a América Latina se constituiu por ostentar um não caráter de unicidade e pureza. E é esse rompimento com o purismo, a partir do senso de ambivalência, por exemplo, que torna possível perceber que a natureza do herói apresenta traços primitivos que brincam e desconfiguram os traços vistos como civilizacional e moderno. Melo (2010) ressalta que a ideia de primitivo, no romance de Mário de Andrade, está atrelada à “desgeografização” da cultura brasileira antropofagicamente, mas não em

um grau de inferioridade à Europa. O que o autor vislumbra é a viabilidade de interpretar Macunaíma como personificação do não caráter unitário, pelo fato da transculturação que o personagem carrega e também pela ideia de primitivo como vantagem positiva.

Do ponto de vista decolonial, Mignolo (2009) comenta que a ideia de “primitivo” e “bárbaro” se expressa pela constituição da diferença colonial e espacial que a cultura ocidental europeia moderna formulou como superior a outras regiões do mundo. Isso foi se intensificando ao longo dos anos e os EUA também reivindicaram essa posição supremacista de moderno em oposição ao primitivo através do imperialismo. Essas questões históricas, civilizatórias e existenciais perpassam uma ética da inferioridade e têm sustentado aquilo que Maldonado-Torres (2007) explicou como colonialidade do ser e do saber. No âmbito da gestão, essa lógica é reproduzida nas considerações feitas sobre uma suposta dicotomia entre a “boa e a má gestão”, como afirmam Faria e Bispo (2020). Aqui, porém, estamos preocupados em mudar o raciocínio histórico do pensamento atrelado ao termo “primitivo” como algo necessariamente ruim. Ou seja, queremos provocar um ato antropofágico que devora a “superioridade” euro-estadunidense de civilizado sobre o primitivo, e assim articulamos a gestão “às avessas se sem caráter” como posicionamento anti-colonialidade do saber e do ser que repensa a maneira como nos organizamos em valorização à exterioridade renegada pela visão de mundo moderna e potencializada pela ancestralidade cultural-simbólica. Ao refletirmos os atos antropofágicos descritos em Macunaíma, em diálogo com os estudos sobre antropofagia organizacional, observamos a existência de diversas possibilidades de atos antropofágicos que resultam em hibridismos ambivalentes. Como argumenta Melo (2010), “o romance de Mário de Andrade sugere que se pode criticar certas configurações de hibridismo a partir da imaginação de outras. Não há um hibridismo, mas vários. Uns sob hegemonia neocolonial, outros abertos a diálogos subalternos” (p. 225) e decoloniais.

Desse modo, o convite à reflexão que estamos provocando é no sentido de observarmos a **hibridez antropofágica** entre características Sul-Sul e Norte-Sul da história cultural particular da identidade multivariada no Brasil. Essas características denotam particularidades no modo de fazer “gestão às avessas” no modelo preceituado pela colonialidade moderna do *management* e da racionalidade instrumental. Além disso, por não ter tal identidade como senso de unidade, é que faz a tônica da gestão à brasileira, por exemplo, ser sem caráter. Para Alcadipani e Rosa (2010), é preciso desnaturalizar a gestão no contexto do Sul Global, e a reflexão que estamos convidando a ser feita atua no sentido de repensar as narrativas históricas em gestão, a partir de uma visão crítica no que se refere às ferramentas importadas do Norte Global traduzidas e entregues a traços latinos e aromas tropicais (Ibarra-Colado, 2006). Portanto, compreender a gestão no contexto do Sul no Brasil é repensar a nossa história nos termos da decolonialidade (Wanderley & Barros, 2018) que na mistura de traços da cultura indígena, africana e ibérica fornece o tom relacional da nossa gestão.

Como bem lembram Mignolo e Walsh (2018), a decolonialidade está interessada na relacionalidade entre a variedade das histórias locais em respeito às diferenças coloniais. Além disso, os atos antropofágicos presentes na performatividade do personagem indígena de Mário de Andrade podem ser interpretados como uma resposta à perspectiva de observação da identidade brasileira mediante a alteridade, o outro e o diverso. Para Couto, Honorato e Silva (2019), enxergar as organizações através do paradigma outro, como argumenta Mignolo (2007) na gramática da decolonialidade, é estar preocupado com os condicionantes histórico-culturais que impactam e transformam a maneira de fazer gestão cotidianamente, ou aquela que estamos chamando de “às avessas e sem caráter”. Dessa forma, a percepção das organizações a partir da alteridade permite entender a gestão no Sul Global não como imitação, falsificação ou tradução da gestão praticada no Norte Global, mas como resultado heterogêneo de misturas e traços culturais como colocado por Ibarra-Colado (2006). Logo, (re)pensar a crítica nos EOR pode resultar em projetos epistemológicos pretensos que “contestam as reivindicações totalizadoras e a violência político-epistêmica da modernidade” (Mignolo & Wash, 2018, p. 1).

Na passagem em sequência do romance de Mário de Andrade, o nosso herói Macunaíma goza da mistura cultural brasileira entre uma reza comum do cristianismo católico de herança ibérica e o canto místico da religião de matriz africana. Essa gozação feita pelo herói sem nenhum caráter reflete a hibridação através da antropofagia que marca o entre lugar ambivalente da identidade do personagem. “[...] O pai nosso Exu de cada dia nos daí hoje, seja feita vossa vontade assim também no terreiro da senzala que pertence pro nosso padre Exu, por todo o sempre que assim seja, amém!” (Andrade, 2019, p. 71-75). Particularmente, essa ancestralidade mostra o hibridismo cultural antropofágico na relação Sul-Sul, no qual Melo (2010) denominaria de subalterno. O termo subalterno atrelado ao conceito de antropofagia estaria relacionado à ideia de inferioridade e primitivismo das culturas indígenas e africanas do Sul Global frente à cultura europeia e estadunidense do Norte Global. No entanto, pensar a gestão “às avessas” é alterar a geografia desse raciocínio. É nesse contexto, portanto, que se reverbera a importância de enxergar a nossa ancestralidade tropicalista como traços que nos são próprios e que estão em constante negociação, ressignificação e ambivalência com aquilo que nos foi imposto pela gestão tecnocrata, burocrática e instrumental, ou seja, o *management* e sua expressão moderno/colonial (Misoczky, 2011).

Além disso, cabe entendermos que essa antropofagia cultural que implica nas práticas de gestão é o que queremos ressaltar como a nossa gestão “sem caráter”, ao mesmo tempo que compõe e caracteriza nossa gestão “às avessas” de modo ambivalente. Se Macunaíma é um mecanismo para lançar luz sobre as antropofagias organizacionais, é importante considerar que não significa dizer que toda antropofagia será benéfica para a comunidade, sendo preciso olhar a intencionalidade que orienta tal ato, como explica Melo (2010), e mobilizar a antropofagia de forma contextualizada, histórica-decolonial e situacional. Conforme Islam (2012), “o mais importante para a tradição pós-colonial é que o conceito de antropofagia vai além de um processo de apropriação seletiva de

‘escolha e escolha’ e reflete um profundo senso de ironia e ambivalência histórica” (p. 168). Logo, compreendemos que Macunaíma é repleto de ironia e ambivalência histórica e geográfica também, pois nosso herói não conhece fronteiras e linearidades (Melo, 2010). Entretanto, diante dessa concepção de antropofagia vista em Islam (2012) como pós-colonial, adotamos aqui a leitura e compreensão de Macunaíma e da antropofagia presente na obra como decolonial.

Essa percepção do contexto da gestão só é possível de ser observado através da atitude decolonial (Maldonado-Torres, 2007) que exige do/a pesquisador/a um deslocamento reflexivo e crítico que ajuda a compreender que tanto a área dos EOR, quanto a área de estudos sobre o conhecimento organizacional e de gestão, surgiram e permaneceram dentro da lógica do mercado capitalista (Misoczky, Flores, & Goulart, 2015) com a pretensão de subordinar saberes, conhecimentos e práticas de gestão outras, insurgentes e translocais. Na obra literária, o herói sem nenhum caráter também não tem uma **identidade** única, mas várias. Se no início ele deixa de ser menino para ser um homem com a cabeça de menino, no decorrer da rapsódia, o herói assume múltiplas identidades, seja de francesa para enganar Venceslau Pietro Pietra, de pintor para conseguir dinheiro do governo e ir à Europa, de peixe para pegar a isca do pescador, de embaixador do Mato Virgem, de branco dos olhos azuis e cabelo loiro e de negro como o medo na noite (Andrade, 2019).

De acordo com Melo (2010), a personalidade do herói passa por “empréstimos civilizatórios” europeus que transfiguram os traços de personalidade local, ao passo que a individualidade do personagem também empresta **flexibilidade, adaptabilidade e miscibilidade** as suas raízes indígenas. Ou seja, o projeto ideológico por trás da antropofagia Norte-Sul em Macunaíma performa traços de indeterminação e indecibilidade em sua constituição identitária histórica. As diversas facetas de Macunaíma contribuem para pensarmos nossas identidades nos EOR. Não temos uma única identidade, racionalidade e não ocupamos os mesmos espaços de poder dentro campo, principalmente se desviamos o olhar do centro hegemônico dos EOR e olhamos para as margens e outras formas de gerir invertidas e “às avessas”. Compreender a **transculturalidade** de Macunaíma, como colocou Melo (2010), nos possibilita uma lupa para visualizar nossas próprias transculturalidades.

Ademais, a **ressignificação** que o herói dá para os elementos citadinos a partir das noções oriundas do Mato Virgem também revela a transculturalidade apontada por Melo (2010). Exemplo dessa ressignificação na obra é o sentido atribuído pelo personagem à origem do automóvel. Segundo Macunaíma, a origem do automóvel é no Mato Virgem, pois “no tempo de dantes, moços, o automóvel não era uma máquina que nem hoje não, era a onça parda. Se chamava Palauá e parava no grande mato Fulano” (Andrade, 2019, p. 140). Essa e outras situações ilustram os fluxos de influência entre a cidade e o Mato Virgem na identidade e compreensão de mundo de Macunaíma.

Se transpormos para nossa realidade organizacional no Norte e Sul, podemos compreender os fluxos de influência entre eles. A partir disso, surge a seguinte reflexão: se o contexto do Sul Global é influenciado sistematicamente pela forma de fazer gestão do Norte Global e pela ideia de modernidade

advinda desses trópicos, como ainda preserva jeitos próprios de fazer gestão que resistem a essa lógica colonizante e estruturante? Possivelmente, as organizações que se encontram na margem e que praticam a gestão “às avessas e sem caráter” podem nos dizer como ainda (re)existimos em nossas particularidades de teorizar e gerir no Sul Global. É em busca de respondermos a tal questão que recuperamos nossa experiência no campo das organizações das culturas populares da cidade de Caruaru, localizada na região do Agreste de Pernambuco. Acreditamos que essas organizações podem nos dar algumas pistas sobre o entendimento da categoria analítica ambivalente que aqui apresentamos como gestão “às avessas e sem caráter” inspirados pelo personagem indígena de Mário de Andrade.

Visando concluir esta seção, entendemos que no contexto da gestão às avessas a performatividade de Macunaíma possibilita uma interpretação metafórica que questiona sobre o modo como estamos escolhendo nossos projetos epistemológicos, por vezes travestidos da lógica político-violenta totalizadora e universal da modernidade atrativa do Norte Global. Em outras palavras, o chamado à reflexão que estamos aqui estimulando é com a pretensão de instigar outros projetos epistemológicos, isto é, projetos (re) pensados por diálogos críticos-proposicionais, como já argumentado por Misoczky, Flores e Goulart (2015). Diálogos críticos-proposicionais são, no contexto da antropofagia organizacional e de uma perspectiva da história decolonial, os questionamentos estimulados pelos pesquisadores e pesquisadoras que buscam saber para quem, o porquê e como servem determinados projetos epistemológicos. Dessa maneira, acreditamos que seja possível a busca por alternativas à modernidade retórica colonial como afirmou Mignolo (2007), ou à matriz colonial do poder conforme cita Quijano (1992), através da pluriversalidade de histórias decoloniais, saberes, teóricos e epistemologias desobedientes (Dussel & Ibarra-Colado, 2006; Mignolo, 2009). Portanto, o chamado a (re)pensar nossas escolhas epistemológicas reside na opção pela transmodernidade pluriversal que promova um diálogo crítico-proposicional na academia global em favor do ideal político-ético da decolonialidade, dos saberes insurgentes e da diferença colonial (Misoczky, Flores, & Goulart, 2015; Abdalla & Farias, 2017).

Para isso, conseqüentemente, o nosso contraponto a projetos epistemológicos adoecidos é propor que os pesquisadores/as repensem aquilo que estamos chamando de perspectiva crítica nos EOR que, não raras vezes, são pensamentos e teorias descompassadas com a realidade da gestão praticada no Sul Global, e que possuem, em especial, traços latinos e aromas tropicais à brasileira. Sendo assim, queremos estimular os pesquisadores/as a pensarem em projetos acadêmicos atinentes àquilo que chamamos de gestão “às avessas” e “sem caráter” – nos moldes do personagem Macunaíma de Mário de Andrade – como possibilidade político-ética através da visão decolonial em diálogos interdisciplinares que enfrentam as assimetrias de poder da expressão moderno/colonial do *management*.

Além disso, a gestão que buscamos demonstrar pelo avesso e sem caráter é uma alternativa possível de interpretação da realidade da gestão local como ferramenta analítica ambivalente que ora ressignifica o *management* nas práticas locais de gestão e ora sofre das mazelas deixadas por essa

ressignificação antropofágica que nem sempre é bem-vinda. Reconhecer os benefícios e malefícios dos atos antropofágicos também são tarefas epistêmicas importantes. Ou seja, sem traços de características que lhe são próprias, portanto, a gestão “às avessas” busca superar a colonialidade presente na área dos EOR com o propósito de entender as organizações como processo resultante de disputas políticas, geográficas e identitárias na ambivalência da antropofagia local/global, ou norte/sul, que são insurgentes e ressurgentes em comunidades e coletivos de lutas e resistência (Misoczky, 2019), os quais optam por uma gestão de histórias decoloniais.

Gestão “às avessas e sem caráter” em organizações de culturas populares

Pensamos a gestão “às avessas e sem caráter” a partir de Macunaíma sob a lente histórica, antropofágica e decolonial, associada as nossas vivências e pesquisas com organizações no campo das culturas populares, na região do Agreste de Pernambuco, Brasil. As organizações das culturas populares investigadas (ver Santos *et al.*, no prelo) ilustram a categoria analítica que estamos denominando de gestão “às avessas e sem caráter”, dado que se diferenciam de gestões baseadas em uma racionalidade extensivamente técnica e instrumental pregada pelo *mainstream*. Essas formas outras de gestão, visualizadas nas organizações das culturas populares, garantem sua atuação e sustentabilidade, mesmo que não sigam a cartilha do *management*. Assim, garantem que não existe um modelo ou fórmula única de fazer gestão e que antropofagias e hibridismos são cruciais para o atendimento as suas particularidades.

O próprio contexto do Agreste pernambucano, no qual realizamos esta pesquisa com as organizações de culturas populares, pode ser lido como um contexto híbrido em que elementos modernos e tradicionais estão em intercâmbio, como afirmam Santos e Helal (2018). A partir disso, pode-se compreender que esse contexto de performatividade da gestão pode ser também entendido como antropofágico, pois o “primitivismo” presente se associa à “modernidade” em desenvolvimento na região, assim como se constitui como retratado por Macunaíma entre o moderno (representado pela cidade metropolitana) e o tradicional (representado pelo Mato Virgem).

Em Macunaíma, percebemos particularidades que somente o herói sem nenhum caráter e seus irmãos partilham entre si e que fazem sentido para eles, como se transformar em máquina telefone ou na maneira de ler a cidade a partir das referências do Mato Virgem. De maneira semelhante, nas pesquisas realizadas junto às organizações de culturas populares em seu contexto antropofágico (como as organizações de Capoeira Angola, Afoxé, Cordel, Boi Bumbá, Mamulengo, Pífano, Repente, Bacamarte, Mazurca, Artesanato em barro e Dança), percebemos a existência de saberes-fazeres históricos e decoloniais que “possuem forte relação com o cotidiano vivido, ou seja, com suas realidades” (Santos *et al.*, no prelo, p. 9), sendo esse contexto local importante fonte de conhecimentos para mestres e mestras que realizam a gestão “às avessas e sem caráter” nessas organizações e formulam sua história decolonial de agir. O saber-fazer gestão que é

alimentado pelo **cotidiano** e pela **realidade vivenciada** pelos mestres e mestras das culturas populares é repleto de ressignificações feitas a partir do olhar ancestral, assim como no caso de Macunaíma quando faz uso do saber do Mato Virgem para compreender a cidade e suas características.

A literatura, percebida através da história decolonial, assim como a figura da obra de Mário de Andrade e seu caráter antropofágico podem conversar com modelos de organizações outras (Couto, Honorato, & Silva, 2019) como as organizações de culturas populares, que praticam uma gestão híbrida e por avesso. Afinal, propomos aqui que essa gestão “às avessas e sem caráter” possibilite (re)pensar epistemes e práticas a partir do cotidiano e do contexto localizado, atentos a como a estratégia da colonialidade ainda se fez presente (Quijano, 1992), neste caso, no Sul Global. Assim como afirma Islam (2012), entendemos que o exercício de repensar epistemes pode ser feito a partir das lentes antropofágicas, históricas e decoloniais mobilizadas nesta pesquisa, as quais conversam com pesquisas realizadas em organizações à margem do *mainstream* e que tenham como foco entender as demandas do seu contexto geográfico.

Outros pontos de convergência que ressaltamos entre o personagem Macunaíma e a gestão “às avessas e sem caráter” vivenciada pelas organizações de culturas populares, por exemplo, é a **ancestralidade** que perpassa as práticas de gestão dos mestres e mestras, principalmente em organizações de matrizes africana (Santos *et al.*, no prelo). Em Macunaíma, a ancestralidade também pode ser vista na antropofagia do herói, dado que, em diversos momentos, o personagem mobiliza elementos referentes à cultura africana, que se fazem presentes também nas suas múltiplas identidades. Essa ancestralidade funciona como uma espécie de lógica que guia e orienta tanto o personagem quanto as organizações e a gestão “às avessas e sem caráter” que estamos pontuando aqui. Portanto, sobre as várias referências utilizadas por Mário de Andrade na construção do personagem principal, Sanches (2019), na apresentação do livro, explica: “tudo o influencia, das culturas urbanas às práticas religiosas africanas, da identidade masculina exacerbada a papéis femininos. Tal como o Arlequim, ele se deixa construir com pedaços. É um ser coletivo, que não se fecha ao outro” (p. 10). É no ser coletivo que não se fecha ao outro, seja ele do Norte ou Sul Global, que se alicerça a gestão “às avessas” e sem características que sejam puramente suas.

Outras particularidades das organizações de culturas populares que percebemos são as **relações de afeto e poder**, a **transmissão de práticas de gestão oral e geracional** e o **conhecimento místico e transcendental** que constituem o modo de gestão dos(as) mestres(as) (Santos *et al.*, no prelo). Se os(as) mestres(as) transmitem seus saberes-fazer pela oralidade e, por meio desta, compartilham conhecimentos relativos à gestão, o herói sem nenhum caráter também. Macunaíma transmite ao papagaio, antes de deixar a terra e se tornar um “brilho inútil”, todas suas andanças e atos antropofágicos. O papagaio relata para um cantador repentista tudo que o herói havia contado e é esse repentista que por sua vez narra a obra literária (Andrade, 2019). A oralidade também revela as multiplicidades de identidades e referências culturais do herói e ajuda a compreender os vários fragmentos que compõem a gestão por

avesso. A seguir, Sanches (2019) também explica a sexualidade e oralidade constituintes do herói.

Este erotismo exagerado não se restringe ao âmbito da sexualidade, atinge todos os níveis do texto. **Macunaíma erotiza a máquina, tirando dela o poder racional e industrial para fazer uma relativização de todo o ideário moderno.** Mas o erotismo fica mais explícito na linguagem usada por Mário, uma língua portuguesa dilatada pelos elementos da oralidade, **pela contribuição indígena, africana e estrangeira. O que ele busca nesta língua que não se quer nacional como forma de negação do outro, mas nacional enquanto soma de todos os possíveis, é construir um código contemporâneo em que caibam nossas múltiplas experiências linguísticas** (p. 13, grifo nosso).

Sanches (2019) é perspicaz ao afirmar que se busca uma representação nacional, aqui uma identidade Sul Global, mas que não se ignora nenhuma forma e fonte de conhecimento, e pensa nas possibilidades antropofágicas entre as muitas variáveis onto-epistemológicas. No mesmo sentido, Melo (2010) entende que a grande contribuição da obra de Mário de Andrade é o entendimento amplo do hibridismo antropofágico para a contemporaneidade. Nesse sentido, se a antropofagia “[...] figura como o horizonte inescapável do mundo contemporâneo, é necessário examinar suas manifestações e configurações constantemente, para saber a quem e como servem tais arranjos” (Melo, 2010, p. 224). Dito isto, ao resgatarmos conhecimentos antropofágicos e marginalizados, por exemplo, fazemos “na tentativa de descolonizar as teorizações difundidas na área, [e] acreditamos que retornar aos pensamentos dos povos originários pode causar reflexões importantes sobre nosso lócus de enunciação” (Wanderley & Bauer, 2020, p.153) e da prática de fazer gestão a partir de suas histórias decoloniais localizadas.

Essa gestão “às avessas e sem caráter” possui também suas tensões, conflitos e dificuldades. Se o conceito de antropofagia não possui uma unicidade, as gestões “às avessas e sem caráter” também são plurais em seus *modus operandi*. Dessa reflexão, observamos algumas dificuldades em comum nas atividades dos mestres e mestras atuantes nas organizações de culturas populares, como: assimetria entre as culturas ditas clássicas e populares; a desvalorização da atividade desempenhada e os preconceitos associados; a precariedade do trabalho desenvolvido pelos artistas e mestres; a ausência de matéria prima para produção, como a falta do barro para os artesãos; a possível perda dos saberes dos mestres devido à falta de interesse das futuras gerações e por esses saberes não terem registro, sendo transmitidos pela oralidade; e uma relação conflituosa com o poder público local (Santos *et al.*, 2020).

Se pensarmos nas dificuldades dos mestres e mestras pela lente histórica decolonial, observamos que o Sul Global é marcado por preconceitos em relação às culturas populares, dado que ainda existe a tentativa de reproduzir uma cultura euro-estadunidense, entendida por muitos como pretensamente legítima sem ao menos se perguntar quem definiu o que é cultura clássica, qual a localidade de quem a estabeleceu como centro e quais são as demais, as marginalizadas, e a intencionalidade por trás disso. A relação entre poder público e cultura também se mostra

paternalista nesse contexto do Sul Global, que resulta nessa relação conflituosa com o poder público, bem como o não reconhecimento do conhecimento produzido e transmitido pela oralidade é espelho da herança da colonização e reforça quais saberes serão disseminados e eternizados pelas gerações futuras.

Assim, percebemos que a gestão “às avessas e sem caráter” possui características e dificuldades em relação à gestão praticada na hegemonia do Norte Global. Porém, esses traços de ambivalência praticados pela gestão do Sul Global ainda são avaliados pelo parâmetro estipulado pelo eixo euro-estadunidense, pois mesmo a perspectiva crítica do Norte Global parece ignorar as assimetrias históricas e coloniais, e desconsiderar os impactos que a modernidade/colonialidade presente na área EOR causa nos espaços institucionais de produção do conhecimento (Misoczky, 2011). Ao mesmo tempo, epistemologias euro-estadunidenses são universalizadas com pretensão de colocar à margem os saberes e conhecimentos produzidos em outras localidades como apresentado pelas organizações de culturas populares que brevemente aqui relatamos e suas histórias decoloniais (Abdalla & Faria, 2017).

Por fim, precisamos direcionar nossa atenção para os espaços institucionais de produção de conhecimento que ocupamos, lugares estes constituídos por relações de saber-poder e que ainda são pouco acessíveis a uma parcela da população. Quando perguntado aos mestres e mestras de que forma visualizam soluções para os conflitos e dificuldades mencionados acima, estes informaram que a universidade e nós, pesquisadores(as), como porta-vozes, poderíamos intervir na realidade das culturas populares (Santos *et al.*, 2020). Essa leitura da universidade como espaço capaz de contribuir e intervir em demandas e dificuldades locais pelos próprios afetados revela a necessidade de nós, pesquisadores/as, refletirmos sobre onto-epistemologias que permitam acessarmos tais espaços de forma a não impor nossas soluções colonizadoras, mas ouvir dos afetados seus problemas, e atuarmos juntos nessas soluções de modo historicizado e descolonizado. Assim, podemos subverter a lógica euro-estadunidense presente nas onto-epistemologias mobilizadas, conforme definimos nosso lócus de pesquisa a investigar e intervir no contexto local por meio de nossas pesquisas. Ou seja, isso será alcançado se praticarmos a desobediência epistêmica e nos mantivermos atentos à fala dos próprios afetados como coparticipantes na construção do conhecimento. Logo, enquanto pesquisadores/as dentro de uma estrutura com lógicas predominantes do Norte Global, devemos atuar como elo com o Sul Global.

Reflexões para projetos epistemológicos futuros

Diante da conjuntura institucional de produção do conhecimento dominada pela relação moderno/colonial do poder em escala global na academia, este artigo buscou confluir vias de um relacionamento propício entre o campo científico da gestão, história decolonial e literatura. Buscamos questionar a localização geográfica da produção de conhecimento e nos perguntamos o que é que estamos nomeando de postura crítica nos EOR

e até que ponto essa postura corrobora na reprodução das assimetrias de poder e colonialidade epistêmica entre o eixo euro-estadunidense do Norte Global em detrimento do eixo Sul Global, e como isso é sentido em particular no contexto acadêmico brasileiro.

A nossa reflexão se concentrou em duas perguntas principais ao longo do artigo: como podemos (re)pensar a crítica nos Estudos Organizacionais (EOR) a partir do olhar histórico-decolonial frente à realidade da gestão local que constitui nossas demandas empíricas? Como a análise da obra literária de Macunaíma e o conceito de antropofagia ajudam a (re)pensar a maneira como teorizamos as organizações e a gestão local que resistem à lógica moderna/colonial do *management*? A resposta a esses questionamentos foi formulada quando utilizamos a perspectiva histórica e decolonial para resgatar a obra literária “Macunaíma: o herói sem nenhum caráter” de Mário de Andrade, e o conceito de antropofagia presente na obra, com o objetivo de propor uma interpretação outra possível para os EOR. Argumentamos que existe um descompasso epistêmico entre a teoria e prática da gestão localizada no Sul quando as medidas de comparação são as teorias formuladas no Norte. Muito desse descompasso, podemos afirmar, que é resultado de processos históricos que provocaram tensões, por vezes não benéficas, entre a gestão tropicalizada do Sul (um local de constante ambivalência entre hibridiz, flexibilidade e adaptabilidade de características que são nativas) frente às características de outra localização que por aqui foram disseminadas e impostas.

A partir dessa percepção, propomos o constructo de “gestão às avessas e sem caráter” como caminho epistêmico crítico que busca melhor compreender nossas idiossincrasias e vicissitudes, ao passo que os nossos atos antropofágicos teóricos não se reduzam apenas a análises de resultados benéficos da mistura Norte-Sul ou Sul-Sul. Desse modo, a noção de gestão vivenciada “às avessas e sem caráter” seria um contraponto a projetos epistemológicos com a visão de mundo adoecida, que propõem um entendimento da realidade empírica a nossa volta a partir da ambivalência de reforços positivos e negativos entre Norte-Sul ou Sul-Sul no consumo de práticas de organização e formas de fazer gestão. Características que demarcam a forma de fazer gestão no Sul Global pode ser compreendida a partir de: (1) uma não unicidade identitária que foi constituída através de senso de ambivalência histórica; (2) um “entre lugar” que convive de maneira ambígua e conflituosa com o que é moderno e colonial; (3) uma forma de gestão que é transcultural, flexível, adaptável à realidade prática cotidiana. Percebe-se, portanto, que as incongruências e vicissitudes da gestão no Sul Global perpassam elementos contraditórios, conflituosos e recursivos. Isso tem reflexo em práticas de gestão que são híbridas, heterogêneas e complexas. Nossas experiências com a prática da pesquisa no campo das culturas populares também possibilitaram entender que a prática da gestão no Sul Global é “às avessas e sem caráter” a partir de elementos como afeto geracional, ancestralidade, cotidiano, misticismos e transmissão de saberes pela oralidade.

Nitidamente, a adjetivação “às avessas” no termo gestão é uma proposição analítica que busca enxergar traços e maneiras de fazer gestão nos trópicos do Sul em contraponto à postura analítica do Norte reduzida ao

management e a vieses tecnicistas, instrumentais, racionalistas e gerenciais. Já o termo gestão “sem caráter” se refere a não unicidade de traços característicos da gestão praticada no Sul Global. Assim, o personagem indígena Macunaíma de Mário de Andrade permitiu perceber o quanto a literatura ficcional possibilita (re)pensarmos nossa história decolonial no âmbito da gestão através de pontos analíticos como: (1) o “não lugar” ou “entre lugar” em que a identidade do Sul à brasileira se apresenta entre aquilo que se convencionou chamar de “moderno” e “tradicional”; (2) elementos históricos e ambivalentes de (des)caracterização identitária, ambiguidade técnica e hibridez antropofágica no contexto organizacional; (3) ressignificações de características modernas através de traços originários que são resultados de práticas, processos e saberes históricos; (4) a não unicidade identitária que demarca Macunaíma e alimenta a antropofagia, delineando a transculturação da antropofagia organizacional; e, portanto, (5) o hibridismo, a heterogeneidade e a complexidade analítica que demarcam uma gestão “às avessas e sem caráter” com flexibilidade, adaptabilidade e miscibilidade, como pontuamos anteriormente.

Queremos, portanto, propor que outra visão sobre as organizações e sua gestão é possível, baseada no pressuposto decolonial, caso nos dispusermos a compreender a gestão feita a partir de outros valores, princípios e saberes que, por vezes, são decoloniais, trans-históricos, insurgentes e intersubjetivos para cada localização geográfica. Dessa maneira, estamos assumindo uma postura crítica nos EOR a partir da decolonialidade e instigando a mudança do raciocínio científico através da postura ético-política de histórias decoloniais que são libertadoras, transmodernas e transcospopolitas. Longe de queremos restringir ou limitar as escolhas teóricas e críticas possíveis de serem feitas no contexto dos EOR, toda nossa formulação crítico-proposicional que articulamos neste artigo foi elaborada para instigar reflexões futuras sobre a maneira como (re)pensamos a crítica em gestão, de modo que provoque a desestabilização dos lugares institucionais de poder e colonialidade há tempos legitimados.

A fim de visualizar a aplicação dessa crítica e da noção de gestão “às avessas e sem caráter” criada a partir dela, revisitamos nossas pesquisas anteriormente realizadas, junto a organizações de culturas populares localizadas no Agreste de Pernambuco. Observamos como a forma de gestão dos mestres e mestras que se alimenta do cotidiano, com o olhar situacional e que funciona com outra lógica de atuação para além da estabelecida pelo *mainstream*, é um projeto de (re)existência a visão de mundo da modernidade/colonialidade. O fato dessas organizações possuírem jeitos próprios e específicos de gerir que resistem e se sustentam ao longo do tempo diante das manobras coloniais, oportunizou exemplos de práticas de desobediência epistêmica e de uma gestão decolonial que se apresentam entre uma ambivalente de história decoloniais e à margem daquilo que é denominado de “moderno”.

Ademais, essas outras formas de fazer a gestão distante dos preceitos propagados pelo *mainstream* da área dos EOR não estão isentas de ambivalências, de intencionalidades e conflitos. Pontuamos dificuldades vivenciadas pelos mestres e mestras das culturas populares, seja na relação

com o poder público, seja na desvalorização das culturas populares em detrimento da cultura clássica (quem define o que é clássico? E qual é a localização geopolítica do conhecimento de quem a define?), entre outras. A mesma ambivalência presente na antropofagia presente no personagem indígena Macunaíma de Mário de Andrade auxilia-nos a lidar com as práticas da gestão ao avesso e nos proporciona refletir quais as lógicas, intencionalidades e consequências desses atos antropofágicos entre o Norte e o Sul Global ou entre subalternos do eixo Sul-Sul.

A gestão “às avessas e sem caráter” que conceituamos a partir da obra literária Macunaíma e seus atos antropofágicos entre a tríade teórica da gestão, história decolonial e literatura mobilizada e nossa experiência no campo das culturas populares convergem para olharmos e refletirmos sobre o nosso papel como pesquisadores que atuam em instituições legitimadoras conhecimento ainda coloniais. Portanto, é preciso (re)pensar como podemos nas nossas práticas de ensino e pesquisa praticarmos a desobediência epistêmica e buscarmos ser mais avessos e sem caráter no sentido aqui tratado.

Sendo assim, queremos contribuir com a reflexão junto aos pesquisadores(a) de diferentes locais de enunciação acerca de novos projetos epistemológicos que repensem:

- Como podemos burlar o descompasso epistêmico institucional que conceitua um modelo de gestão em termos diversos daquele que costumamos ver na nossa prática de fazer gestão local? Ademais, como podemos pensar a gestão através das características e traços trans-históricos, híbridos e intersubjetivos em cada localização geográfica peculiar?
- Se partirmos do pressuposto que a maneira de fazer gestão no Sul não apresenta uma estabilidade, então como nós – acadêmicos, estudantes e profissionais da área – podemos nos posicionar epistemologicamente para compreender nossas contradições, conflitos e hibridéz identitária na forma que delimitamos nossa gestão?
- Além disso, que outras formas de adaptação do conhecimento estrangeiro podemos encontrar nos modos de organização no Sul? E como essas adaptações antropofágicas refletem na maneira de fazer gestão “às avessas e sem caráter”?
- Afinal, quais são as ambiguidades que nós, pesquisadores/as, assumimos ao adotarmos projetos epistêmicos importados? E até quando continuaremos a subordinar a nossa realidade empírica a teorias produzidas em outros contextos? Ou seja, como podemos pensar a originalidade de uma gestão no Sul? E por que é difícil traçar um senso de identidade ou unicidade que nos seja peculiar?

Acreditamos que essas perguntas já começam a ser respondidas mediante a postura teórico-crítica que propomos neste artigo, e outros passos futuros começam a ser dados quando vislumbramos *insights* a partir da história decolonial e literária brasileira como possibilidade de interpretação para área dos EOR mediante a decolonialidade. Neste sentido, propomos

que pesquisadores e pesquisadoras em trabalhos futuros possam estar atentos aos seus contextos locais de fazer gestão e que possamos, assim, estabelecer uma agenda de pesquisa a partir das necessidades e demandas inerentes ao Sul Global. Assim, pesquisas sobre obras literárias, como “*Quarto de Despejo*” da autora Maria Carolina de Jesus, podem ser mobilizada nos EOR para compreender como o colonialismo inaugura a categoria raça e a colonialidade/modernidade a mantém. Não esgotamos o diálogo entre gestão, história decolonial e literatura nesta pesquisa, sendo assim, outras obras literárias podem servir de sugestões para novos trabalhos futuros, como obras literárias e artísticas da Semana de Arte Moderna de 1922, a exemplo do “Manifesto Pau-Brasil” e “Manifesto Antropofágo” de Oswald de Andrade, a fim de entender se as referidas obras possibilitam (re)pensar nossa gestão como aqui fizemos com Macunaíma de Mário de Andrade. Acreditamos que o nosso texto possa estimular esse diálogo interdisciplinar para o contexto analítico da gestão.

Referências

- Abdalla, M. M., & Faria, A. (2017). Em defesa da opção decolonial em administração/gestão. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(4), 914-929.
- Alcadipani, R., & Rosa, A. R. (2011). From global management to glocal management: Latin American perspectives as a counter dominant management epistemology. *Canadian Journal of Administrative Sciences/Revue Canadienne des Sciences de l'Administration*, 28(4), 453-466.
- Alcadipani, R., Khan, F. R., Gantman, E., & Nkomo, S. (2012). Southern voices in management and organization knowledge. *Organization*, 19, 131-143.
- Andrade, M. (2019). *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Chapecó: Ed. UFFS.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (11), 89-117. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>
- Booth, C., & Rowlinson, M. (2006). Management and organizational history: prospects. *Management & Organizational History*, 1(1), 5-30.
- Beyes, T., Costas, J., & Ortmann, G. (2019). Novel thought: towards a literary study of organization. *Organization Studies*, 40(12), 1787-1803.
- Clark P., & Rowlinson, M. (2004). The treatment of history in organisation studies: towards an 'Historic Turn'? *Business History*, 46(3), 331-352.
- Corrigan, L. T., & Mills, A. J. (2012). Men on board: actor-network theory, feminism and gendering the past. *Management & Organizational History*, 7(3), 251-265. <https://doi.org/10.1177/1744935912444357>
- Couto, F. F., & Carrieri, A. (2018). Enrique Dussel e a filosofia da libertação nos estudos organizacionais. *Cadernos EBAPE.BR*, 16(4), 631-641.
- Couto, F. F., Honorato, B. E. F., & Silva, E. R. (2019). Organizações outras: diálogos entre a teoria da prática e a abordagem decolonial de Dussel. *Revista de Administração Contemporânea*, 23(2), 249-267.
- Durepos, G., Shaffner, E. C., & Taylor, S. (2019). Developing critical organizational history: context, practice and implications. *Organization*, 28(3), 449-467.

- Dussel, E. (2002). World-system and “Trans”-Modernity. *Nepantla: Views from South*, 2(3), 221-244.
- Dussel, E., & Ibarra-Colado, E. (2006). Globalization, organization and the ethics of liberation. *Organization*, 13(4), 489–508. <https://doi.org/10.1177/1350508406065852>.
- Escobar, A. (2007). Worlds and knowledges otherwise: the Latin American modernity/ coloniality research program. *Cultural Studies*, 21(2-3), 179-210.
- Faria, A., & Bispo, M. S. (2020). Estórias do passado para um futuro pós-COVID 19: além da normalidade da ‘boa gestão’. *Gestão E Sociedade*, 14(39), 3759-3768. <https://doi.org/10.21171/ges.v14i39.3311>.
- Freitas, R. O., & Matos, L. M. (2019). Macunaíma em quadrinhos: aspectos estéticos modernistas na rapsódia gráfico-visual antropofágica. *Galáxia (São Paulo)*, (40), 159-176. <https://doi.org/10.1590/1982-255437270>.
- Godfrey, P. C., Hassard, J., O’Connor, E. S., Rowlinson, M., & Ruef, M. (2016). What is organizational history? Toward a creative synthesis of history and organization studies. *Academy of Management Review*, 41, 590–608, <https://doi.org/10.5465/amr.2016.0040>
- Grafström, M., & Jonsson, A. (2019). Toldos profissionais? O romance como um abrir de olhos na análise organizacional. *Culture and Organization*, 25(2), 146-158, DOI: 10.1080 / 14759551.2018.1508212
- Ibarra-Colado, E. (2006). Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. *Organization*, 13(4), 463–488.
- Imas, J. M., & Weston, A. (2012). From Harare to Rio de Janeiro: Kukiya-Favela organization of the excluded. *Organization*, 19(2), 205-227.
- Islam, G. (2012). Can the subaltern eat? Anthropophagic culture as a Brazilian lens on post-colonial theory. *Organization*, 19(2), 159-180.
- Kieser, A. (1994). Why organization theory needs historical analyses—and how this should be performed. *Organization science*, 5(4), 608-620.
- Lima, B. D. T. D. C. (2016). Eles devoraram tudo: primitivismo, barbárie e as vanguardas. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (64), 296-309.
- Lindote, M. L. P. M., Goudel, F. R., & Garcez, M. B. (2007). Raízes antropofágicas: labirintos e paradoxos na constituição formativa do modernismo brasileiro. *DAPesquisa*, 2(4), 229-233.
- Macleán, M., Harvey, C., & Clegg, S. R. (2016). conceptualizing historical organization studies. *Academy of Management Review*, 41(4), 609–632.
- Maldonado-Torres, N. (2007). On the coloniality of being: contributions to the development of a concept. *Cultural Studies*, 21(2-3), 240-270. <http://dx.doi.org/10.1080/09502380601162548>
- Maldonado-Torres, N. (2011). Thinking through the decolonial turn: post-continental interventions in theory, philosophy, and critique – an introduction. *Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, 1(2), 1-13.
- Mignolo, W. D. (2007). Delinking: the rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. *Cultural Studies*, 21(2-3), 449-514.
- Mignolo, W. D. (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, 34, 287-324.

- Mignolo, W. D. (2009). Epistemic disobedience, independent thought and decolonial freedom. *Theory, Culture & Society*, 26(7–8), 159-181.
- Mignolo, W. D., & Tlostanova, M. V. (2006). Theorizing from the borders: shifting to geo and body-politics of knowledge. *European Journal of Social Theory*, 9(2), 205-221.
- Mignolo, W. D., & Walsh, C. E. (2018). *On decoloniality: concepts, analytics and praxis*. Raleigh, NC: Duke University Press.
- Mills, A. J., Suddaby, R., Foster, W., & Durepos, G. (2016). Re-visiting the historic turn 10 years later: current debates in management and organizational history. *Management & Organizational History*, 11(2), 67-76.
- Misoczky, M. C., & Camara, G. D. (2015). Enrique Dussel: contribuições para a crítica ética e radical nos Estudos Organizacionais. *Cadernos EBAPE.BR*, 13(2), 286-314.
- Misoczky, M. C. (2011). World visions in dispute in contemporary Latin America: development x harmonic life. *Organization*, 18(3), 345–363.
- Misoczky, M. C., Flores, R. K., & Goulart, S. (2015). An anti-management statement in dialogue with critical Brazilian authors. *Revista de Administração de Empresas*, 55(2), 130-138.
- Misoczky, M. C. (2019). Populism/people/popular: reflections from a Latin American perspective. *Organization*, 1-9. <https://doi.org/10.1177/1350508419870893>.
- Misoczky, M. C., & Camara, G. D. (2020). To think from Latin America in dialogue with the organization of decolonial social struggles: exploring possibilities. *Revista de Administração de Empresas*, 60(2), 93-103. <https://doi.org/10.1590/s0034759020200203>.
- Melo, A. C. (2010). Macunaíma: entre a crítica e o elogio à transculturação. *Hispanic Review*, 205-227.
- Nitschack, H. (2013). Tropische subjektivität und europäische bildungstradition: Macunaíma, der Held ohne jeden charakter von Mário de Andrade. Oder: Macunaíma, ein Wilhelm Meister in den tropen?. *Pandaemonium Germanicum*, 16(22), 156-178.
- Pinheiro, I. A., Vieira, L. J. M., & Motta, P. C. D. (2010). Construindo pontes entre saberes: da literatura à gestão. *Organizações & Sociedade*, 17(55), 641-664.
- Pinto, F. L. B., & Ribeiro, E. M. (2018). História, literatura e estudos organizacionais: novos olhares sobre as obras de Jorge Amado. *Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 5(12), 198-267.
- Quijano, A. (1992). 'Colonialidad y modernidad/racionalidad', in *Los conquistados 1492 y la población indígena de las Américas*. Quito: Tercer Mundo Libri Mundi.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Colección Sur.
- Rosa, A. R., & Alcadipani, R. (2013) A terceira margem do rio dos estudos críticos sobre administração e organizações no Brasil: (re)pensando a crítica a partir do pós-colonialismo. *Revista de Administração Mackenzie*, 14(6), 185-215.
- Rowlinson, M., & Hassard, J, Decker, S. (2014). Research strategies for organizational history: a dialogue between historical theory and organization theory. *The Academy of Management Review*, 39(4), 250-374.

- Santos, E. C., & Helal, D. H. (2018). O moderno e o tradicional no agreste de Pernambuco. *Ciência & Trópico*, 42(1), 140-162.
- Santos, E. C., Silva, I. H. F. R., Dias, P. K., & Morais, W. M. (no prelo). Saberes e práticas organizativas das culturas populares em Caruaru-PE. *Revista Organizações & Sociedade*.
- Santos, E. C., Silva, Í. H. F., Dias, P. K., & Morais, W. M. (2020). Mapeando dificuldades e intervenções no cotidiano das organizações de cultura popular em Caruaru-PE. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 9(2).
- Sanches, M. N. (2019). Apresentação herói primitivo. In M. N. Sanches, & O. Silvana (Orgs.). *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Chapecó: Ed. UFFS.
- Thexton, T., Prasad, A., & Mills, J. A. (2019). Introduction: learning empathy through literature. *Culture and Organization*, 25(2), 83-90.
- Wanderley, S. E. D. P. V., & Bauer, A. P. M. (2020). "Tupi, or not Tupi that is the question": Perspectivismo ameríndio y estudios organizacionales. *Revista de Administración de Empresas*, 60(2), 144-155.
- Wanderley, S., & Barros, A. (2018). Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: towards a Latin American agenda. *Management & Organizational History*, 14(1), 79-97.
- Weatherbee, T. G. (2012) Caution! This historiography makes wide turns: historic turns and breaks in management and organization studies. *Management & Organizational History*, 7(3), 203-218.
- Wood, T., & Caldas, M. P. (1998). Antropofagia organizacional. *Revista de Administração de Empresas*, 38(4), 6-17.
- Zald, M. (1993). Organization studies as a scientific and humanistic enterprise: toward a reconceptualization of the foundations of the field. *Organization Science*, 4(4), 513-528. Retrieved July 21, 2020, from www.jstor.org/stable/2635078.